

Alianças políticas em troca de dívidas

por Claudia Safatle
de Brasília

O debate sobre a rolagem das dívidas dos estados e municípios — que juntas totalizariam algo próximo a US\$ 70 bilhões — trouxe à tona, no Congresso Nacional, os interesses políticos de cada agremiação em face das eleições municipais do próximo ano e, principalmente, da sucessão presidencial de 1994.

Foi essa percepção que elevou o projeto de lei de consolidação das dívidas estaduais e municipais à alçada de uma discussão apaixonada, polarizando os quercistas e os não quercistas e os brizolistas e os não brizolistas numa sequência de articulações e declarações. A constatação foi resumida pelo líder do governo na Câmara, deputado Humberto Souto (PFL-MG), na noite de sexta-feira, no pronunciamento em plenário: "O que estamos assistindo hoje é apenas um jogo de interesses, envolvendo a sucessão presidencial".

As cifras envolvidas no projeto da rolagem das dívidas estaduais e municipais — elaborado numa negociação entre o PMDB e o governo federal — são um retrato fiel dos benefícios que ela traria ao Estado de São Paulo, administrado pelo PMDB, e às três administrações estaduais do PDT: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Estes são, junto com Minas Gerais, os quatro maiores devedores do País, responsáveis por 59% da dívida total de US\$ 57,21 bilhões que os 27 estados da Federação têm contra a União. Na proposta de rolagem, toda a arrecadação de ICMS dos estados, assim como as demais receitas, entraria como garantia e poderia ser "sequestrada" pelo Tesouro Nacional em caso de inadimplências.

(Continua na página 7)

Alianças políticas em troca de dívidas

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

O Estado de São Paulo, que tem uma dívida total de US\$ 16,8 bilhões — ou seja, 29,3% do estoque —, sairia da negociação da rolagem, com esse pesado passivo refinanciado por vinte anos, à taxa de juro de 6% ao ano, e com uma renovada capacidade de endividamento que poderia ser usada para alavancar novos investimentos. Obviamente, como a consolidação das dívidas seria feita de maneira horizontal, todos os devedores seriam beneficiados, mas uns mais do que os outros, já que determinadas administrações fizeram ajuste fiscal por conta própria.

Depois de São Paulo, Minas Gerais entra como o segundo maior devedor, US\$ 6,66 bilhões, Rio de Janeiro com US\$ 6,18 bilhões, e Rio Grande do Sul, US\$ 4,12 bilhões.

Ao condicionar a votação do projeto de lei da reforma tributária de emergência à aprovação prévia do projeto de rolagem das dívidas dos estados, o PMDB de Quêrcia, apoiado discretamente pelo PDT de Brizola, produziu uma aliança, no Congresso, impossível de ser imaginada: PT, ao lado do PDS, PSDB e PST, que juntos somam uma bancada de 127 parlamentares na Câmara dos Deputados, contra PMDB, PTB, PDT, bloco governista, PDC e PL, que no total agregam 338 parlamentares. Não havia, porém, coesão seja no PMDB seja no bloco governista, para votar a rolagem e a reforma tributária, em sessão marcada para este final de semana.

Temeroso de que na disputa de voto, pudesse ver seu projeto de rolagem derubado, o líder do PMDB na Câmara, deputado Genivaldo Correia (BA), expediu orientação para que todos os parlamentares do partido comparecessem à sessão plenária do final de semana. A aprovação do pacote fiscal, inclusive a rolagem das dívidas, exigiria um mínimo de 253 deputados em plenário e maioria simples.

Enquanto os técnicos da equipe econômica do governo, presentes no Congresso durante toda a sexta-feira, ansiosos, torciam pela aprovação da reforma tributária — fonte de cerca de US\$ 10 bilhões de receitas para a União (sendo metade dos estados e municípios), cruciais para o ajuste fiscal de 1992, os críticos da negociação com o PMDB se moviam indignados.

O deputado José Serra, líder do PSDB, estava perplexo: "Essa é a maior renegociação de dívida do mundo, são cerca de US\$ 70 bilhões, e o governo envia um projeto de lei numa sexta-feira, 13, para ser votado até o dia 15. Isso é um disparate. O PSDB acha que deve ser feita a consolidação das dívidas, mas pela complexidade do assunto is-

so precisa de tempo para ser discutido".

O líder do PT, deputado José Genoíno (SP), estava estarecido: "Primeiro o Congresso Nacional vota aumento de salários para os parlamentares. Agora vai votar aumento de Imposto de Renda para a classe média e, com a rolagem, a dilapidação do patrimônio público, e aí, o que sobra desse Congresso?"

O deputado Victor Faccioni, líder do PDS, resumiu à repórter Adriana Vasconcelos, deste jornal: "O governo está muito fraco na negociação e a verdade é que o PMDB está governando e quer legalizar os gastos contraídos nas últimas eleições. Eles estão pensando que isso (a rolagem) é um programa consistente de combate à inflação ou será que estão preocupados com as eleições municipais de 1992?", indagou.

Dentro do bloco governista também era possível encontrar rebeldes. O deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), filho do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, adiantava, na tarde de sexta-feira, que votaria contra a rolagem das dívidas, contra a alíquota de 35% do Imposto de Renda, contra o Imposto Territorial Rural (ITR) e também contra o imposto sobre as grandes fortunas. "Desde pequeno que sou contra esse imposto sobre fortunas", ironizava ele.

O senador Esperidião Amin (PDS-SC) também lançou mão da ironia para expor suas idéias: "A rolagem das dívidas dos estados e municípios é o melhor presente que o governo Collor poderia dar ao Congresso. Ao assumir essa dívida, a vaca (Tesouro Nacional) está mostrando que não está morta, goza de boa saúde e está pronta a dar leite de novo".

Todos os contrários à rolagem, pelo menos da forma como foi negociada pelo PMDB com o governo, garantiam antes da votação que o governo não precisava ter recorrido a esse expediente para ter aprovado o projeto de reforma tributária de emergência. "Nós aprovaríamos o substitutivo do deputado Francisco Dornelles sem cobrar nada", garantiam José Serra e Aloisio Mercadante. Infelizmente, comentavam os técnicos da equipe econômica do governo, só agora os partidos de oposição se manifestaram a favor da reforma tributária. E essa omissão empurrou o governo para os braços do PMDB.

Mesmo aprovada, a rolagem não estaria totalmente garantida: "Vou entrar com ação direta de inconstitucionalidade", alertava o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP). Na avaliação do senador matéria relativa a endividamento de estados e municípios é de competência privativa do Senado Federal, e não da Câmara dos Deputados, conforme reza o artigo 52 da Constituição federal.